



4° SIMULADO

TRIBUNAIS

ANALISTA JURÍDICO (AJAJ)

Simulado Especial

4º Simulado Tribunais – Analista Judiciário

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas em concursos de Tribunais para Analista Judiciário;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos editais dos concursos da área;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-Tribunais-Analista-13-02>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

61 – A B C D E
62 – A B C D E
63 – A B C D E
64 – A B C D E
65 – A B C D E
66 – A B C D E
67 – A B C D E
68 – A B C D E
69 – A B C D E
70 – A B C D E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

O brasileiro e o europeu

Dizem que Dom João VI quando chegou à Bahia em 1808 foi logo mandando iluminar a cidade: era “para o inglês ver”. Outros dizem que a frase célebre data dos dias de proibição do tráfico de escravos, quando no Brasil se votavam leis menos para serem cumpridas do que para satisfazerem exigências britânicas. De qualquer modo, a frase ficou. E é bem característica da atitude de simulação ou fingimento do brasileiro, como também do português diante do estrangeiro. Principalmente diante do inglês, em 1808, não mais o herege nem o “bicho” que era preciso salpicar de água benta, para se receber dentro de casa, mas, ao contrário, criatura considerada, em muitos respeito, superior.

Sob o olhar desse ente superior, o brasileiro do século XIX foi abandonando muitos de seus hábitos tradicionais – como o de dançar dentro das igrejas no dia de São Gonçalo, por exemplo – para adotar as maneiras, os estilos e o trem de vida da nova camada de europeus que foram se estabelecendo nas nossas cidades.

Em três séculos de relativa segregação do Brasil e da Europa não ibérica e, em certas regiões, de profunda especialização econômica e de intensa endogamia – em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco – definira-se, ou pelo menos, esboçara-se um tipo brasileiro de homem, outro de mulher. Um tipo de senhor, outro de escravo. Mas também um meio termo: o mulato que vinha aos poucos desabrochando em bacharel, em padre, em doutor, o diploma acadêmico ou o título de capitão de milícias servindo-lhe de carta de branquidade.

No Brasil dos princípios do século XIX e fins do XVIII, a re-europeização se verificou pela assimilação, por parte de raros, pela imitação, da parte do maior número; e também por coação ou coerção, os ingleses, por exemplo, impondo à colônia portuguesa da América – através do Tratado de Methuen, quase colônia deles, Portugal só fazendo reinar politicamente sobre o Brasil – e mais tarde ao Império, uma série de atitudes morais e de padrões de vida que, espontaneamente, não teriam sido adotados pelos brasileiros.

A reconquista, porém, teve de seguir suas cautelas. De tomar suas precauções. Porque houve resistências, de ordem natural, umas, outras de ordem cultural. O clima, por exemplo, resistiu ao nórdico. E sob o favor do clima, a malária e a febre amarela agiram contra o europeu.

(FREYRE, G. *O brasileiro e o europeu*. In: FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 308-310. Adaptado).

01. Em síntese, depreende-se da leitura do primeiro parágrafo que

- a) Dom João VI foi o responsável pela popularização da expressão “para o inglês ver”.
- b) No início do século XIX, houve uma inversão social abrupta em relação à visão que se tinha dos ingleses.
- c) Os portugueses eram vistos como inferiores pelos ingleses, como “o “bicho” que era preciso salpicar de água benta”.
- d) A relação entre portugueses e brasileiros era baseada no fingimento.
- e) Uma hipótese de surgimento e propagação da expressão “para o inglês ver” é mais aceita que a outra por ser mais verossímil.

02. Ao dissertar sobre as mudanças que se intensificaram no Brasil a partir do final do século XVIII, o escritor Gilberto Freyre

- a) Afirma que o processo de substituição de cultura ocorreu pacificamente, uma vez que o modo de vida tido como referência à época era o europeu.
- b) Contrapõe-se à ideia de que a segregação racial interferia socioeconomicamente no Brasil do século XIX.
- c) Argumenta que algumas doenças e o clima ajudaram Portugal a tomar as terras brasileiras do domínio cultural dos ingleses.
- d) Ratifica a necessidade de adequação aos padrões europeus para o desenvolvimento nacional.
- e) Atribui à influência europeia as transformações sociais ocorridas e os padrões de vivência adotados em um processo denominado de re-europeização.

03. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- a) Ainda que o Brasil tenha sofrido influência europeia nos séculos passados, tem pessoas que atribuem o impacto de culturas estrangeiras na cultura local exclusivamente a globalização.
- b) Houveram resistências ao processo de reconquista.
- c) À identidade cultural do povo local e a sua língua, devem, o estrangeiro, respeito.
- d) Discute-se no texto a concentração econômica que existia no Brasil do século XIX.
- e) Usurparam dos escravizados a dignidade humana e a liberdade a qual tinham direito.

04. A pontuação se mantém correta no seguinte segmento:

- a) Ouve-se que, ao chegar à Bahia, Dom João VI mandou iluminar todas as ruas.
- b) A natureza resistiu bravamente à dominação dos que, vinham da Europa com destino a terras brasileiras.
- c) A necessidade, de avançar e conquistar que os europeus tinham, deixou marcas históricas irreparáveis.
- d) A população assimilava os padrões impostos mas o processo não ofereceu facilidades.
- e) A violência da colonização e o conflito com o diferente, tornam os colonizados exilados dentro de seu próprio lar.

Pesquisas mostram aumento de transtornos mentais durante pandemia

Um estudo realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) aponta um aumento de 90,5% nos casos de depressão entre os brasileiros desde o início da quarentena. O levantamento reuniu respostas de 1.460 pessoas de 23 estados do país. A proporção de entrevistados com depressão foi de 4,2% na primeira coleta de dados para 8% na segunda coleta. O estudo também aponta crescimento nos casos de ansiedade e estresse agudos. No caso da ansiedade aguda, a proporção foi de 8,7% para 14,9%, e no caso do estresse, foi de 6,9% para 9,7%.

De acordo com a pesquisa, as pessoas que recorreram à psicoterapia pela internet e praticaram exercícios apresentaram índices menores de estresse e ansiedade. O número das consultas virtuais realizadas neste período assusta alguns profissionais.

Uma pesquisa realizada no Reino Unido mostra relatos de psiquiatras sobre o aumento no número de atendimentos de emergência relacionados a doenças mentais e uma queda nas consultas de rotina. Segundo os depoimentos, muitas pessoas deixaram de procurar ajuda mesmo com os serviços de saúde mental ainda abertos. Por isso, acabam necessitando de atendimentos de emergência.

A pesquisa foi realizada com 1.300 médicos de saúde mental do Reino Unido e constatou que 45% haviam visto um aumento em casos urgentes, enquanto 45% relataram uma redução nas consultas de rotina.

Uma das maiores preocupações é com pacientes que possam estar com dificuldades e não estejam recebendo apoio. Os atendimentos psicológicos podem, inclusive, ser feitos online, mas o uso da tecnologia pode ser um obstáculo para algumas pessoas, como os idosos.

Alguns dos especialistas disseram que muitos pacientes desenvolveram distúrbios mentais em razão das condições do isolamento social pelo qual passaram.

Em reportagem da BBC News, Danielle Hamm, da instituição de saúde mental *Rethink Mental Illness*, afirma que, sem o atendimento adequado no momento, pode levar anos para que algumas pessoas se recuperem dos transtornos mentais gerados pela pandemia.

(Disponível em:
<https://observatorio3setor.org.br/noticias/pesquisas-mostram-aumento-de-transtornos-mentais-durante-pandemia/>. Acessado em: 09/02/2021. Adaptado)

Alguns dos especialistas disseram que muitos pacientes desenvolveram distúrbios mentais em razão das condições do isolamento social pelo qual passaram.

05. Mantendo-se a correção, o segmento sublinhado acima pode ser corretamente substituído por:

- a) de que enfrentaram
- b) ao qual sobreviveram
- c) pelo qual toleraram
- d) sobre o qual sofreram
- e) em que suportaram

06. Sem prejuízo do sentido e da correção, o trecho sublinhado abaixo pode ser substituído por:

Os atendimentos psicológicos podem, inclusive, ser feitos online, mas o uso da tecnologia pode ser um obstáculo para algumas pessoas, como os idosos.

- a) por conseguinte
- b) portanto
- c) Não obstante
- d) porquanto
- e) mas também

07. A flexão do verbo em destaque deve-se ao elemento sublinhado em:

- a) A equipe de psicólogos recém-formados, apesar da demanda social, não **tem** certeza de oportunidades de emprego.
- b) **Deveria** ser obrigatório o suporte psicológico nas escolas.
- c) **Chegaram** ao consultório pacientes com transtornos de ansiedade gerados pelo isolamento social.
- d) A maioria dos casos de depressão **têm** reflexo na parte física.
- e) Se a pandemia lhe trouxe inquietações e transtornos, procure um especialista.

Um estudo realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) aponta um aumento de 90,5% nos casos de depressão entre os brasileiros desde o início da quarentena.

08. Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- a) é apontado
- b) apontam-se
- c) foi apontado
- d) era apontado
- e) tinha sido apontado.

09. Está correta a redação do seguinte comentário:

- a) Na medida em que as responsabilidades da vida se multiplicam, os problemas psicológicos se intensificam.
- b) Desde o início da pandemia, desenvolve-se pesquisas para a descoberta de uma vacina.
- c) Os casos de depressão e ansiedade chegaram em um patamar muito elevado.
- d) Pesquisas mostram que exercício físico e psicoterapia são importantes para manter a saúde mental.
- e) Era possível prever o impacto psicoemocional gerado por assistirmos inúmeras mortes em tão pouco tempo.

10. Considerados o contexto e a norma-padrão,

- a) O uso da vírgula após “De acordo com a pesquisa” (2º parágrafo) é facultativo.
- b) A substituição de “psicoterapia” por sua forma no plural resultaria em incorreção gramatical em “as pessoas que recorreram à psicoterapia” (2º parágrafo).
- c) “Saúde” (4º parágrafo) é acentuada pelo mesmo motivo que “distúrbios” (6º parágrafo).
- d) “que [...] pode levar anos para que algumas pessoas se recuperem dos transtornos mentais gerados pela pandemia” (7º parágrafo) ocupa a mesma função sintática de “que possam estar com dificuldades” (5º parágrafo).
- e) A vírgula presente em “um obstáculo para algumas pessoas, como os idosos” (5º parágrafo) foi usada para isolar um adjunto adverbial deslocado.

Direito Administrativo

Antônio Daud

11. Nos termos previstos na Lei federal 8.666/1993, considera-se inviável a adoção de procedimento competitivo na seguinte situação:

- a) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- b) nos casos de emergência ou de calamidade pública.
- c) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.
- d) dação em pagamento de bens imóveis.
- e) para aquisição de equipamentos que só possam ser fornecidos em caráter de exclusividade, vedada a preferência de marca.

12. Trata-se da modalidade licitatória passível de ser adotada para contratação de trabalho técnico, científico ou artístico:

- a) concurso.
- b) convite.
- c) leilão.
- d) concorrência.
- e) pregão.

13. Em relação à duração dos contratos administrativos da Lei 8.666/1993, é INCORRETO afirmar que:

- a) a duração dos contratos em regra depende da vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- b) é de no máximo 120 meses a vigência dos contratos destinados à aquisição de material de uso pelas Forças Armadas, exceto materiais de uso pessoal e administrativo.
- c) contratos destinados à prestação de serviços a serem executados de forma contínua poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a vigência a sessenta meses, como regra.
- d) contratos para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam,

cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional poderão ter vigência de no máximo 72 meses.

e) contratos para aluguel de equipamentos poderão estender-se pelo prazo de no máximo 48 meses.

14. No que se refere à improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

- a) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis apenas aos agentes administrativos e aos terceiros que atuarem conjuntamente com aqueles.
- b) Será sempre imprescritível a ação de ressarcimento ao erário fundada na prática de ato de improbidade.
- c) As condenações à suspensão dos direitos políticos e à perda da função pública só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- d) São legitimados para manejar a ação judicial por improbidade tanto a Defensoria Pública como a pessoa jurídica interessada.
- e) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade exige a presença de elemento subjetivo da conduta do agente público, quer seja dolo ou culpa, indistintamente.

15. Durvalzinho, analista de determinado tribunal brasileiro, comprovadamente recebeu vantagem econômica indevida, em razão do exercício do cargo. Nesta situação, sua condenação por improbidade administrativa poderá prever a seguinte sanção:

- a) perda dos direitos políticos.
- b) multa de no máximo duas vezes o prejuízo causado ao erário.
- c) suspensão dos direitos políticos por cinco anos.
- d) perdimento de bens, que poderá se estender a seus sucessores até o limite da herança transferida.
- e) multa de no máximo cem vezes sua remuneração.

16. Determinado ente federativo editou ato, em razão da pandemia decorrente da Covid-19, normatizando a obrigatoriedade de uso de máscaras de proteção facial em ambientes públicos, cominando multa de R\$ 1.000,00 em caso de descumprimento. Tal ato representa manifestação do poder:

- a) regulamentar.
- b) hierárquico.
- c) disciplinar.
- d) de polícia, em sua acepção repressiva.
- e) de polícia, em sua acepção preventiva.

17. Determinado particular requereu à Administração Pública a concessão de alvará de funcionamento de seu restaurante, comprometendo-se a seguir todas as normas da vigilância sanitária. Seis meses após a concessão, durante fiscalização de rotina, constatou-se grave descumprimento de normas sanitárias aplicáveis. Diante de tal situação, é correto afirmar que o alvará estará sujeito a ser

- a) anulado.
- b) revogado.
- c) cassado.
- d) considerado caducado.
- e) saneado.

18. A respeito dos atributos do ato administrativo, é correto afirmar que:

- a) possuem significado equivalente ao dos elementos de validade dos atos.
- b) a presunção de veracidade informa que os atos são considerados legais e legítimos até que se prove o contrário.
- c) a presunção de legitimidade postula que são considerados verdadeiros os fatos declarados para a prática do ato administrativo.
- d) a autoexecutoriedade representa a desnecessidade de se submeter ao Poder Judiciário os atos administrativos previamente à sua execução.
- e) a tipicidade resulta na imposição dos efeitos do ato administrativo aos administrados.

19. Determinada estrutura jurídica municipal teve sua criação autorizada, por meio de lei, para atender à relevante interesse coletivo, possuindo personalidade jurídica própria e constituindo-se sob a forma de sociedade limitada. Assumindo que a criação deste ente público se deu regularmente, é possível concluir que trata-se de uma:

- a) autarquia.
- b) fundação pública de direito público.
- c) órgão público.
- d) sociedade de economia mista.
- e) empresa pública.

20. No caso de omissão estatal, pautando-se pela responsabilização subjetiva, é correto afirmar que o terceiro lesado deverá comprovar os seguintes elementos para fazer jus à indenização:

- a) dano sofrido, culpa do agente público e nexo de causalidade.
- b) dano sofrido, dolo do agente público e nexo de causalidade.
- c) dano sofrido, falha no serviço público e nexo de causalidade.
- d) dano sofrido, existência de atuação estatal e nexo de causalidade.
- e) dano sofrido, culpa exclusiva da vítima e nexo de causalidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Emerson Bruno**

21. Dois irmãos são membros do Ministério Público estadual desde 2006, em virtude de aprovação em concurso público para ingresso na carreira. O mais velho, no exercício da função, prestou concurso para professor efetivo de Universidade pública, em que logrou ser aprovado; o mais novo, a seu turno, recebeu convite para filiar-se a partido político cuja principal bandeira é a defesa da ordem jurídica e do Estado Democrático de Direito. Consideradas as normas da Constituição da República aplicáveis ao caso, o irmão mais velho

- a) perderá o cargo no Ministério Público, se assumir o de professor na Universidade pública, assim como o mais novo perderá o cargo, caso se filie ao partido político.
- b) poderá exercer cumulativamente as funções no Ministério Público e de magistério público, assim como o mais novo poderá filiar-se ao partido, cuja bandeira é compatível com o exercício de suas funções.
- c) perderá o cargo no Ministério Público, se assumir o de professor na Universidade pública, mas o mais novo poderá filiar-se ao partido, cuja bandeira é compatível com o exercício de suas funções.
- d) poderá exercer cumulativamente as funções no Ministério Público e de magistério público, mas o mais novo não poderá filiar-se ao partido político.
- e) será colocado em disponibilidade no Ministério Público, se assumir o cargo de professor na Universidade pública, assim como o mais novo, caso este se filie ao partido político.

22. No ano de 2010, realizou-se no Município de Porto Velho, em Rondônia, uma consulta plebiscitária sobre a criação do Município de Extrema de Rondônia, na região então conhecida como Ponta do Abunã, que abrange quatro distritos da capital do Estado. O resultado do plebiscito foi favorável à criação do novo Município. Considerada a disciplina constitucional da matéria, para a criação do Município de Extrema de Rondônia,

- a) já foi preenchido o único requisito estabelecido pela Constituição relativamente à criação, incorporação, fusão e ao desmembramento de Municípios.
- b) devem ter sido divulgados Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, antes da realização do plebiscito, devendo a criação ser feita por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal.
- c) é necessário que haja, além da realização da consulta plebiscitária à população do Município interessado, aprovação do Congresso Nacional, mediante lei complementar.
- d) deve ocorrer nova consulta plebiscitária, envolvendo o restante da população do Estado, e, caso o resultado seja favorável à criação do Município, ser editada lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal.
- e) é necessária a divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, após a realização do plebiscito, considerando-se criado o Município se lei complementar federal aprovar o resultado dos estudos.

23. Um grupo de indivíduos pretende reunir-se em praça pública, com vistas a lançar o Movimento Pró-Idoso Carioca e criar uma associação de defesa dos interesses e direitos dos idosos do Rio de Janeiro. Promovem, para tanto, ampla divulgação do evento pelos meios de comunicação de massa, de forma a congregiar grande número de pessoas e atrair atenção para sua causa. Nessa hipótese, considerada a disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, os interessados

- a) poderão realizar o evento pretendido, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente, estando ainda legitimados a criar a associação, independentemente de autorização.
- b) dependerão de autorização prévia da autoridade competente para realização do evento, por se tratar de local aberto ao público, bem como para criação da associação, que possui finalidade de interesse público.
- c) não poderão realizar o evento no local pretendido, por se tratar de espaço aberto ao público, mas estarão legitimados a criar a associação, independentemente de autorização
- d) poderão realizar o evento, desde que o transfiram para local que não seja público, e estarão legitimados a criar a associação, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente, em ambos os casos.
- e) dependerão de autorização prévia da autoridade competente para realização do evento, por se tratar de local aberto ao público, mas poderão criar a associação, independentemente de autorização.

24. Ataulfo e Valmir, Prefeitos de dois Municípios vizinhos, visando ao desenvolvimento econômico da região, tiveram a ideia de fundi-los num único Município. Porém, segundo a Constituição Federal, para que tal fusão ocorra é necessário, dentre outros requisitos,

- a) parecer prévio da Assembleia Legislativa do Estado e aprovação do Governador do Estado.
- b) parecer prévio de ambas as Procuradorias dos Municípios envolvidos e aprovações das Câmaras Municipais.
- c) consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
- d) opinião prévia dos sindicatos sediados em ambos os Municípios envolvidos com o fim de resguardar os interesses dos trabalhadores.
- e) reunião no prazo de sessenta dias, com as entidades religiosas e públicas de ambos os Municípios para definir o nome do único Município, após a fusão ter sido aprovada pelas Câmaras Municipais.

25. Em virtude do crime que cometeu onze meses atrás no Estado do Rio Grande do Sul, Romeu estava escondido no interior da sua casa na Cidade de Porto Velho, Rondônia. A autoridade policial, avisada do local do seu esconderijo, invadiu a casa e efetuou a prisão de Romeu durante o dia porque, conforme prevê a Constituição Federal,

- a) estava apoiada por determinação judicial que permitia seu ingresso na casa para efetuar a prisão.
- b) soube da prática de crime e, assim, podia ingressar na casa mesmo sem autorização judicial para efetuar a prisão.
- c) o meliante encontrava-se em flagrante delito e, assim, a polícia podia ingressar na casa mesmo sem autorização judicial para efetuar a prisão.
- d) o meliante mudou de Estado foragido e, assim, a polícia podia ingressar na casa mesmo sem autorização judicial para efetuar a prisão.
- e) a polícia tem poder suficiente para ingressar e efetuar a prisão no interior da casa, mesmo sem o consentimento do morador e independentemente de ordem judicial.

26. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a homologação de sentença estrangeira, a extradição solicitada por Estado estrangeiro e a concessão de exequatur às cartas rogatórias serão processadas e julgadas originariamente pelo

- a) Superior Tribunal de Justiça, nas três hipóteses.
- b) Supremo Tribunal Federal, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- c) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
- d) Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- e) Supremo Tribunal Federal, nas três hipóteses.

27. Tácito, empresário, residente na cidade de Campo Grande-MS, durante uma fiscalização realizada em sua empresa por um auditor fiscal da receita federal, no mês de novembro de 2018, ofereceu ao referido funcionário público a quantia de R\$ 20.000,00 para que sua empresa não fosse autuada após a constatação de sonegação tributária, cometendo, portanto, o crime de corrupção ativa, disposto no artigo 333 do Código Penal. No curso das investigações, Tácito foi eleito no último pleito eleitoral para o cargo de Senador da República. O inquérito policial foi relatado e o Ministério Público Federal deverá oferecer denúncia. Nesse caso hipotético, a competência para processar e julgar a ação penal que será instaurada contra o atual Senador Tácito será

- a) do Supremo Tribunal Federal.
- b) de uma das Varas Federais de Campo Grande-MS, com competência criminal.
- c) do Superior Tribunal de Justiça.
- d) do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
- e) de uma das varas criminais da Justiça Comum Estadual, da comarca de Campo Grande-MS.

28. Acerca do que estabelece a Constituição Federal relativamente ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ),

- a) compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, as ações contra o CNJ.
- b) o CNJ será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal
- c) compete ao CNJ o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.
- d) compete privativamente ao Congresso Nacional processar e julgar os membros do CNJ nos crimes de responsabilidade.
- e) o CNJ compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

29. A Constituição Federal prevê a possibilidade de edição de súmula vinculante em matéria constitucional, que tenha por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de normas,

- a) mediante decisão da maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal, que, todavia, não é atingido pelos efeitos vinculantes de seu ato.
- b) pelo Superior Tribunal de Justiça, com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- c) pelo Supremo Tribunal Federal e pelos Tribunais de Justiça, ambos competentes para julgar as ações diretas de inconstitucionalidade de lei ou atos normativos nos termos da Constituição Federal.
- d) cuja aprovação, revisão ou cancelamento pode ser provocada, sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.
- e) que, quando contrariada por lei federal, estadual ou municipal, poderá ensejar o ajuizamento de reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal.

30. Nos estritos termos da Constituição Federal acerca das funções essenciais à Justiça:

- a) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.
- b) Dentre as funções institucionais do Ministério Público está a de prestar consultoria e assessoramento jurídico para o Poder Executivo.
- c) Os Procuradores-Gerais de Justiça nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- d) O Ministério Público não poderá requisitar diligências investigatórias, nem a instauração de inquérito policial, haja vista se tratar de atividade privativa de delegados de polícia.
- e) Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas não se aplica a vedação constitucional de participar de sociedade comercial.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

31. Sobre os princípios penais e constitucionais, assinale a opção correta:

- a) Fere o princípio da legalidade, também conhecido por princípio da reserva legal, a criação de crimes e penas por meio de medida provisória.
- b) Segundo o princípio da legalidade, no ordenamento jurídico brasileiro determinada conduta só será considerada crime caso seja publicada lei posterior definindo-a como tal.
- c) De acordo com o princípio da taxatividade, o direito penal deve apenas tratar de condutas que de fato causem lesão a algum bem jurídico que mereça tutela.
- d) o princípio da humanidade proíbe a instituição de penas cruéis, como a de morte e a de prisão perpétua, mas não a de trabalhos forçados.
- e) o princípio da intervenção mínima baseia-se nas seguintes premissas: mínima ofensividade da conduta; ausência de periculosidade social da ação;

reduzido grau de reprovabilidade da conduta; inexpressividade da lesão jurídica.

32. De acordo com a lei penal brasileira, é considerado extensão do território nacional as:

- a) embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem.
- b) embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública, desde que se encontrem no espaço aéreo brasileiro ou em alto-mar.
- c) aeronaves e embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, onde quer que se encontrem.
- d) embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública, desde que se encontrem a serviço do governo brasileiro.
- e) aeronaves e embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, desde que estejam a serviço do governo do Brasil e se encontrem no espaço aéreo brasileiro ou em alto-mar.

33. A respeito da imputabilidade penal, assinale a opção correta.

- a) O juiz pode aplicar o perdão, se o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuir, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) Os menores de vinte e um anos de idade são penalmente inimputáveis, estando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- c) É isento de pena o agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não seja inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- d) Excluem a imputabilidade penal a emoção, a paixão e a embriaguez culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
- e) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, tenha sido, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

34. Luiz e Aldo deliberam a prática conjunta de furto a uma residência. Sem o conhecimento de Aldo, Luiz, para a segurança de ambos, e sem que Aldo soubesse, arma-se de um revólver carregado com 02 cartuchos. Os dois entram na casa. Enquanto Aldo furtava os bens que se encontravam na área externa, Luiz é surpreendido com a presença de um morador que reage e acaba sendo morto por Luiz. Nessa situação hipotética é correto afirmar que:

- a) Luiz e Aldo responderão por latrocínio.
- b) Huguinho responderá por latrocínio e Aldo pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes.
- c) Luiz responderá pelo latrocínio e pelo furto, enquanto Aldo apenas pelo furto qualificado pelo concurso de agentes.
- d) Luiz responderá pelo latrocínio, pelo furto e pelo porte ilegal de arma, enquanto Aldo apenas pelo furto qualificado pelo concurso de agentes.
- e) Luiz e Aldo responderão pelo furto qualificado pelo concurso de agentes, pois o latrocínio não foi previamente ajustado na preparação da manobra criminosa.

35. João Augusto pretendendo privar a liberdade de Maria Lucinda em troca de vantagem econômica, sequestrou-a e a levou para um cativado na cidade de São Bernardo do Campo-SP. Após três dias mantendo-a no local, João Augusto ficou com dó da vítima que era cardíaca e a libertou. Maria Lucinda 2 horas após ser liberada, foi à Delegacia de Polícia e narrou o ocorrido. Nesse caso, João Augusto deverá ser responsabilizado pelo crime de:

- a) extorsão mediante sequestro na forma consumada.
- b) sequestro ou cárcere privado.
- c) extorsão simples.
- d) extorsão mediante sequestro na forma tentada.
- e) extorsão na forma qualificada em razão da restrição da liberdade da vítima como condição necessária para a obtenção da vantagem.

36. Pablo Luiz, Rolando Lero e Raimundo Nonato subtraíram para si, mediante violência e grave ameaça a pessoa um jet-ski avaliado em 60 mil reais. Na data de 12 de dezembro de 2021, entraram na loja MotoMais, localizada na cidade de Santo André-SP, e em conluio e unidade de designios, usando arma de fogo e restringindo a liberdade da vítima, levaram o objeto produto de roubo, mas ao evadirem-se do local, Rolando Lero foi preso, e Pablo Luiz e Raimundo Nonato conseguiram fugir levando o jet-ski. Como não conseguiram vender o objeto produto de roubo, Rolando Lero falou para seu advogado que gostaria de devolver o objeto roubado para a vítima. Assim sendo, caso haja a devolução do jet-ski à vítima e como a denúncia não foi oferecida, haverá:

- a) diminuição da pena em razão da desistência voluntária.
- b) diminuição da pena, em virtude do arrependimento posterior.
- c) diminuição da pena em razão do arrependimento eficaz.
- d) atenuante da pena em razão da reparação do dano.
- e) atenuante da pena, em virtude do arrependimento eficaz.

37. Euclides pratica crime de furto de um celular e vende-o para José. Ambos são processados nos mesmos autos. No curso do processo verifica-se a prescrição da ação penal em relação a Euclides que é menor de 21 anos, extinguindo-se a punibilidade do furto. Essa extinção de punibilidade alcança, também, o crime de receptação, favorecendo José?

- a) Sim, por se tratar de crimes conexos, praticados em coautoria.
- b) Não, porque o crime de furto é personalíssimo.
- c) Sim, porque desaparecendo o furto, pela prescrição, também desaparece a receptação, porque aquele é pressuposto desta.
- d) Sim, por se tratar de crime de mão própria.
- e) Não, porque a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto de outro não se estende a este.

38. Assinale a opção INCORRETA, acerca de crimes contra o patrimônio.

- a) No delito de apropriação indébita, se o réu for primário e a coisa de pequeno valor, o juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção.
- b) Nos delitos patrimoniais, as imunidades penais de caráter pessoal, isentam o agente de pena não se aplicando aos coautores e partícipes.
- c) para o aperfeiçoamento do crime de receptação, não se faz necessária a existência anterior de crime contra o patrimônio.
- d) no roubo próprio, a violência ou grave ameaça deve ser empregada antes ou durante a efetiva subtração do objeto.
- e) a simples relação de emprego ou hospitalidade não é bastante para configurar a majorante do abuso de confiança no crime de furto.

39. No que tange aos crimes cometidos contra a fé pública, marque a assertiva correta:

- a) No crime de falsificação de documento público, previsto no art. 297 do Código Penal, a pena é aumentada de um terço parte se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo.
- b) O dispositivo que trata do crime de uso de documento falso é norma imperfeita em seu preceito primário, porque remete o intérprete a outros tipos penais para conceituar os papéis falsificados, e norma penal em branco em seu preceito secundário, por remeter a outro artigo para apurar a pena cominada.
- c) o objeto material do crime de uso de documento falso constitui-se de papéis materialmente ou ideologicamente falsos.
- d) o crime de falsidade ideológica comporta modalidade comissiva, mas não é possível a conduta omissiva.
- e) é possível a modalidade culposa do crime de falsificação de documento público.

40. Em relação aos crimes praticados contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) No crime de favorecimento real, fica isento de pena o agente que, sendo ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, presta-lhe auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime.
- b) Em se tratando de corrupção passiva, a pena será aumentada se o funcionário praticar, deixar de praticar ou retardar ato de ofício, com infração do dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.
- c) a pena será aumentada de quarta parte se o autor for ocupante de função de direção de órgão de sociedade de economia mista.
- d) é incabível, nos crimes funcionais, a extinção da punibilidade no caso de reparação de dano.
- e) O sujeito que atribui a si mesmo a prática de crime inexistente ou que foi cometido por terceiro, pratica comunicação falsa de crime.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

41. José está sendo investigado em inquérito policial pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão, de 01 a 05 anos, e multa), praticado em desfavor do INSS, estando preso; Ricardo está sendo investigado pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes (pena: reclusão de 5 a 15 anos e multa), estando solto.

Nesse caso, desconsiderando-se eventuais prorrogações legalmente admitidas, os inquéritos de José e Ricardo, respectivamente, deverão se encerrar em:

- a) 30 dias, em ambos os casos
- b) 10 dias, em ambos os casos
- c) 10 dias e 90 dias
- d) 10 dias e 30 dias
- e) 15 dias e 90 dias

42. José, residente em Macaé-RJ, praticou crime de lesão corporal seguida de morte contra Eduardo, por conta de uma discussão em um bar. O crime ocorreu na cidade de Guarapari-ES. Antes de oferecida a denúncia pelo MP, José foi diplomado Senador da República.

Nesse caso, a competência para processar e julgar José será:

- a) do STJ
- b) do Tribunal do Júri do local em que ocorreu a infração
- c) do STF
- d) do Juízo singular do lugar em que José reside
- e) do Juízo singular do lugar em que ocorreu a infração

43. As hipóteses de impedimento são consideradas hipóteses nas quais há presunção absoluta de parcialidade do magistrado, estando previstas taxativamente no Código de Processo Penal. Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de impedimento do magistrado:

- a) ter funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.
- b) ter o Juiz aconselhado, por escrito, qualquer das partes
- c) ser o Juiz acionista de empresa interessada no processo
- d) ser o Juiz amigo íntimo ou inimigo capital de uma das partes
- e) ser o Juiz credor do réu

44. Helena foi denunciada pelo Ministério Público Federal pela suposta prática do crime de moeda falsa (art. 289 do CP – pena: reclusão, de três a doze anos, e multa). O Juízo Federal competente recebeu a denúncia e determinou a citação de Helena no endereço indicado na exordial acusatória. O Oficial de Justiça, ao diligenciar no endereço indicado, certificou que Helena havia se mudado, conforme informado por vizinhos, residindo atualmente em

Paris, na França, embora não se tenha seu endereço exato.

Nesse caso, Helena deverá ser citada:

- a) por carta rogatória
- b) por edital, e caso não compareça nem constitua advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional
- c) por hora certa
- d) por carta precatória
- e) por edital, e caso não compareça nem constitua advogado, o Juiz deverá nomear defensor para patrocinar a causa

45. Maria foi vítima do crime de extorsão mediante sequestro, em tese praticado por José. O Promotor de Justiça recebeu os autos do inquérito policial devidamente concluído e deixou transcorrer o prazo para oferecimento da denúncia, sem adotar qualquer providência válida.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar da ciência da autoria delitiva
- b) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar do esgotamento do prazo para o MP
- c) A vítima não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, eis que a previsão contida no art. 29 do CPP não foi recepcionada pela Constituição Federal
- d) A vítima não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, por não se tratar de crime que admite tal modalidade
- e) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, não havendo prazo decadencial para tanto, podendo exercer tal direito enquanto não ocorrer a prescrição

46. Analise as assertivas a seguir:

I – Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação o inquérito não poderá sem ela ser iniciado;

II - Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos;

III – Em regra, o inquérito deverá se encerrar em até 10 dias, contados da prisão, caso esteja preso o indiciado;

IV – O arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia não impede a retomada futura das investigações, caso haja notícia da existência de prova nova.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) II e III
- b) I, III e IV
- c) III
- d) I e II
- e) I, II, III e IV

47. Conexão e continência são dois fenômenos de modificação da competência expressamente previstos no CPP.

Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese legalmente prevista de continência:

- a) Quando dois ou mais processos criminais forem instaurados em relação ao mesmo fato
- b) Quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- c) Quando, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras.
- d) Quando, ocorrendo duas ou mais infrações, uma tenha sido praticada para garantir a impunidade da outra
- e) Quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

48. Tiago foi denunciado pelo Ministério Público Federal pela suposta prática do crime de furto qualificado, em tese praticado contra uma agência da Caixa Econômica Federal. O Juízo Federal competente recebeu a denúncia, mas indeferiu o pedido de prisão preventiva formulado pelo MPF na inicial, alegando não haver fundamento para a decretação da segregação cautelar.

Caso o MPF pretenda recorrer, deverá interpor:

- a) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias
- b) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas no mesmo ato
- c) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias
- d) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias
- e) apelação, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias.

49. Analise as afirmativas a seguir:

I – Joana praticou crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Nesse caso, será cabível a suspensão condicional do processo, mas não a transação penal;

II – Pedro praticou crime de furto qualificado (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa). Nesse caso, caberá a suspensão condicional do processo, mas não a transação penal;

III – Hélio praticou crime de lesão corporal grave (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Nesse caso, não será cabível nem a transação penal nem a suspensão condicional do processo.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II
- e) III

50. Jeremias foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de extorsão (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa). Recebida a denúncia, o Juízo determinou a citação de Jeremias, no endereço indicado na inicial, tendo Jeremias sido devidamente citado pessoalmente pelo Oficial de Justiça. Escoado o prazo de 10 dias para oferecimento da resposta à acusação, o réu não se defendeu, nem constituiu advogado.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) O Juiz deverá nomear defensor para o réu, salvo se este estiver foragido
- b) O Juiz deverá suspender o processo, com a suspensão também do curso do prazo prescricional
- c) O Juiz deverá dar seguimento ao processo, sem nomeação de defensor para o réu e aplicar-lhe os efeitos da revelia
- d) O Juiz deverá nomear defensor para o réu
- e) O Juiz deverá suspender o processo, sem suspensão do curso do prazo prescricional

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

51. A citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual e poderá ser realizada em qualquer lugar, mas não em qualquer situação. Quanto ao tema, assinale a alternativa correta:

- a) Verificando-se que o citando é mentalmente incapaz ou está impossibilitado de recebê-la, a citação será feita ao seu representante legal.
- b) Em hipótese alguma será feita a citação do doente em estado grave.
- c) Não se fará a citação dos noivos nos primeiros 7 (sete) dias seguintes ao casamento.
- d) Quando o militar estiver em serviço ativo, deve-se priorizar a citação em sua residência e, não sendo possível, tal ato será realizado na unidade em que estiver servindo.
- e) A participação em ato de culto religioso não impede que seja realizada a citação.

52. As nulidades podem ser observadas em várias fases ao longo do processo. Assinale a alternativa correta quanto ao tema:

- a) Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.
- b) Pronunciada a nulidade, todos os atos deverão ser repetidos, ainda que não haja prejuízo às partes.
- c) A ausência do Ministério Público, quando deveria acompanhar o feito, é motivo de nulidade absoluta de todo o processo.
- d) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- e) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes, inclusive daqueles que sejam independentes do ato anulado.

53. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz não poderá exigir caução real ou fidejussória para fins de ressarcimento de danos à parte adversa.
- b) A tutela de urgência só poderá ser concedida após justificção prévia.
- c) O perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão não é motivo suficiente para impedir a concessão da tutela de urgência de natureza antecipada.
- d) A parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa se, por exemplo, a sentença lhe for desfavorável ou for verificada a ocorrência de decadência ou prescrição. Nesses casos, a indenização será obrigatoriamente liquidada nos autos em que a medida tiver sido concedida.
- e) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguuração do direito.

54. Em relação à suspensão e à extinção do processo de execução, pode-se afirmar:

- a) extingue-se a execução quando o executado não possuir bens penhoráveis.
- b) suspende-se a execução quando ocorrer a prescrição intercorrente.
- c) a extinção da execução produzirá seus efeitos antes mesmo da sentença.
- d) ao juiz é vedado suspender a execução por convenção das partes.
- e) a suspensão da execução impede que sejam praticados atos processuais, exceto quando o juiz ordenar providências urgentes.

55. Na sessão de julgamento, depois da exposição da causa pelo relator, o presidente dará a palavra ao recorrente e ao recorrido para suas sustentações orais, pelo prazo improrrogável de 15 (quinze) minutos. Assinale a alternativa em que esse ato processual não será admitido:

- a) recurso de apelação.
- b) recurso ordinário.
- c) recurso especial.
- d) recurso extraordinário.
- e) embargos de declaração.

56. Considere as disposições do Código de Processo Civil sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e assinale a alternativa correta:

- a) O IRDR exige a repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão de fato ou de direito.
- b) A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do IRDR.
- c) O Ministério Público não poderá requerer a instauração do IRDR, mas deverá assumir a titularidade em caso de desistência ou de abandono.
- d) A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade impede que seja novamente suscitado em momento oportuno.
- e) São exigidas custas processuais no IRDR.

57. A reclamação é prevista no texto constitucional e no Código de Processo Civil. Assinale a alternativa correta quanto às hipóteses de cabimento:

- a) cabe reclamação para garantir a observância de enunciado de súmulas dos Tribunais Superiores.
- b) a reclamação pode ser interposta quando não for observado entendimento firmado em julgamento de recurso especial.
- c) admite-se a reclamação proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada.
- d) a reclamação pode ser proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, ainda que não esgotadas as instâncias ordinárias.
- e) a reclamação é cabível para preservar a competência do tribunal e garantir a autoridade de suas decisões.

58. Em relação à Teoria Geral dos Recursos, pode-se afirmar:

- a) A parte não poderá recorrer da decisão quando aceitá-la expressa ou tacitamente.
- b) Não há que se falar em aceitação tácita da decisão, de modo que a parte só ficará impedida de recorrer quando sua aceitação for expressa.
- c) Dos despachos cabe recurso.
- d) A decisão deve ser impugnada na íntegra, não sendo possível recorrer de capítulos da sentença.
- e) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.

59. A apelação é um dos recursos que podem ser interpostos contra a sentença. Sobre referida espécie recursal, pode-se afirmar:

- a) As questões incidentais resolvidas na fase de conhecimento deverão ser questionadas por agravo de instrumento, sob pena de preclusão.
- b) A apelação será interposta por petição dirigida ao juízo de segundo grau, pois não há necessidade de juízo de admissibilidade pelo juízo *a quo*.
- c) Após o recebimento da apelação, esta será distribuída para um relator que elaborará seu voto para julgamento do recurso pelo órgão colegiado. Não cabe, portanto, decisão monocrática de tal recurso.
- d) Em regra a apelação será dotada de efeito suspensivo, mas produzirá seus efeitos imediatamente após a sua publicação quando a sentença condenar a pagar alimentos.
- e) As questões de fato não propostas no juízo inferior sempre poderão ser suscitadas na apelação pois a matéria recorrível é ampla.

60. O Código de Processo Civil prevê prioridade de tramitação a determinados procedimentos judiciais. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A prioridade de tramitação só será conferida aos idosos a partir dos 65 (sessenta e cinco) anos de idade.
- b) Os procedimentos regulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente não deverão ter prioridade de tramitação.
- c) À vítima de violência doméstica e familiar são garantidas medidas protetivas específicas, mas a prioridade de tramitação não é admitida.
- d) A tramitação prioritária depende de deferimento pelo órgão jurisdicional e, após a sua concessão, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.
- e) Concedida a prioridade, essa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite ou do companheiro em união estável.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

61. Serão registrados em registro público, exceto:

- a) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz;
- b) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa;
- c) a emancipação em razão do exercício de emprego público efetivo;
- d) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida;
- e) os nascimentos, casamentos e óbitos.

62. O prazo para a Administração Pública cobrar o particular por algum dano ocasionado a um prédio público é de:

- a) três anos, por ser questão de indenização por danos materiais;
- b) cinco anos, por ser dívida líquida constituída em autuação, que é documento público;
- c) cinco anos, por aplicação de previsão expressa em legislação específica;
- d) cinco anos, por aplicação analógica do prazo prescricional que se aplica no caso de ação de indenização contra a Fazenda Pública;
- e) um ano.

63. De acordo com o Código Civil, somente se consideram interessados para requerer a sucessão provisória:

- a) o cônjuge não separado judicialmente;
- b) os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários;
- c) os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte;
- d) os credores de obrigações vencidas e não pagas;
- e) o Ministério Público.

64. O prazo para requerer a anulação da venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido, é:

- a) decadencial, de dois anos;
- b) prescricional, de dois anos;
- c) decadencial, de quatro anos;
- d) prescricional, de quatro anos;
- e) prescricional, de cinco anos.

65. Constitui ato ilícito:

- a) a compra de um refrigerante em um supermercado realizada por uma criança de 12 anos;
- b) a reação da vítima a um assalto resultando em um dano ao veículo do assaltante;
- c) a lesão a um agressor para defender uma outra pessoa que está sendo agredida por ele;
- d) o requerimento por um Delegado dos documentos de um cidadão em uma abordagem aleatória para fins de intimidação;
- e) a publicação de matéria jornalística que, de alguma forma, ainda que noticiando fatos, macule a imagem de um político.

66. Em relação ao instituto da servidão, é incorreto afirmar que:

- a) o dono de uma servidão pode fazer todas as obras necessárias à sua conservação e uso, e, se a servidão pertencer a mais de um prédio, serão as despesas rateadas entre os respectivos donos;
- b) quando a obrigação incumbir ao dono do prédio serviente, este poderá exonerar-se, abandonando, total ou parcialmente, a propriedade ao dono do dominante;
- c) as obras necessárias à conservação e ao uso da servidão devem ser feitas pelo dono do prédio dominante, se o contrário não dispuser expressamente o título;
- d) constituída para certo fim, a servidão pode, ainda, ser ampliada para abranger um outro, desde que parecido;
- e) nas servidões de trânsito, a de maior inclui a de menor ônus, e a menor exclui a mais onerosa.

67. São impenhoráveis os seguintes bens e direitos, exceto:

- a) os valores oriundos de empréstimo consignado;
- b) os valores oriundos de pensão por morte;
- c) os valores oriundos de empréstimo consignado em que o mutuário comprovar que os recursos são necessários à de sua manutenção e de sua família;
- d) os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei;
- e) os valores depositados em poupança até o montante de sessenta salários-mínimos.

68. Em relação ao pagamento indevido, é incorreto afirmar que:

- a) todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição;
- b) não se pode repetir o que se pagou para solver dívida prescrita, ou cumprir obrigação judicialmente inexigível;
- c) não terá direito à repetição aquele que deu alguma coisa para obter fim ilícito, imoral, ou proibido por lei;
- d) se aquele que indevidamente recebeu um imóvel o tiver alienado em boa-fé, por título oneroso, responde somente pela quantia recebida;
- e) àquele que voluntariamente pagou o indevido é presumido o direito ao ressarcimento.

69. Em relação à usucapião, assinale a alternativa incorreta:

- a) a existência de contrato de arrendamento mercantil do bem móvel impede a aquisição de sua propriedade pela usucapião, contudo, verificada a prescrição da dívida, inexistente óbice legal para prescrição aquisitiva;
- b) o bem imóvel público não está sujeito a usucapião;
- c) aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural;
- d) aquele que, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis;
- e) o imóvel público não é passível de usucapião, independentemente do tempo de posse de boa-fé daquele que pretende a exercer.

70. Na solidariedade ativa, quando a obrigação for indivisível o herdeiro de um credor falecido:

- a) pode exigir para si, sozinho, o cumprimento da obrigação por inteiro;
- b) pode exigir para si, sozinho, apenas a quota parte que lhe caberia se a obrigação fosse divisível;
- c) não pode exigir para si, sozinho, o cumprimento da obrigação por inteiro;
- d) não pode exigir o cumprimento da obrigação de qualquer forma;
- e) apenas poderá exigir o cumprimento da obrigação depois que os demais credores, não falecidos, tiverem o seu crédito satisfeito.

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-Tribunais-Analista-13-02>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!



<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

Estratégia

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>